

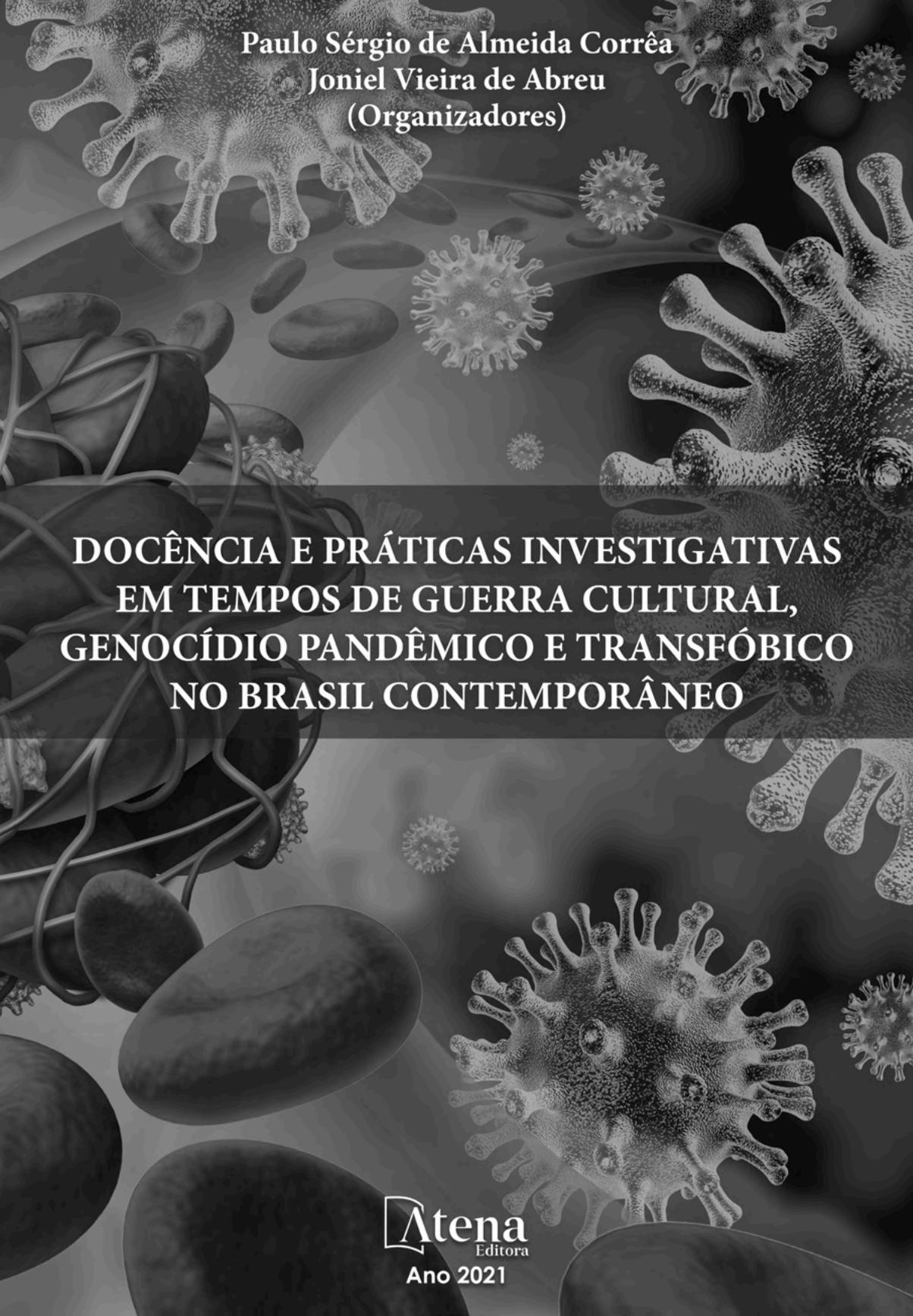


Paulo Sérgio de Almeida Corrêa  
Joniel Vieira de Abreu  
(Organizadores)

**DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS  
EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL,  
GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO  
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

The background of the cover is a grayscale illustration of a microscopic world. It features several large, complex virus particles with prominent surface spikes, resembling coronaviruses. Interspersed among these are various biological structures, including what appear to be cross-sections of cells or membranes, and smaller, simpler spherical virus particles. The overall composition is dense and layered, creating a sense of depth and complexity.

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa  
Joniel Vieira de Abreu  
(Organizadores)

**DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS  
EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL,  
GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO  
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Docência e prática investigativas em tempos de guerra cultural, genocídio pandêmico e transfóbico no Brasil contemporâneo

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Paulo Sérgio de Almeida Corrêa  
Joniel Vieira de Abreu

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D636 Docência e prática investigativas em tempos de guerra cultural, genocídio pandêmico e transfóbico no Brasil contemporâneo / Organizadores Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, Joniel Vieira de Abreu. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-711-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.113212311>

1. Isolamento social. 2. Covid-19. I. Corrêa, Paulo Sérgio de Almeida (Organizador). II. Abreu, Joniel Vieira de (Organizador). III. Título.

CDD 302.545

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A ideia de composição desta obra, emergiu em contexto histórico mundial, marcado com o elevado número de pessoas, de diferentes faixas etárias, que vieram a óbito ou sofreram internação, em razão de terem sido contaminadas pela SARS - COVID19. Essa síndrome respiratória, revelou que grande parte dos países, sejam eles desenvolvidos ou não, depararam-se com dificuldades a fim de tornar eficaz o combate ao coronavírus: a falta de infraestrutura físico-financeira; movimentos de resistência às medidas sanitárias adotadas; o quadro de pobreza extrema causada pela exclusão econômica; veiculação de notícias falsas envolvendo as vacinas e seus resultados sobre a saúde coletiva; posicionamentos contrários à ciência propagados por líderes políticos de diferentes países.

Em meio às atrocidades escalonadas a cada segundo, minuto, hora, dia semana, mês e ano, decorrentes das calamidades sanitárias, o cenário fúnebre também se mostrava desafiador nos diferentes âmbitos de exercício profissional, em especial no trabalho docente em nível da Educação Superior.

Os profissionais da educação sofreram abrupta interrupção de suas atividades funcionais, mas, paulatinamente, perceberam que seria possível reinventar seus modos de vida. No caso da Educação Superior, muitos docentes efetivos ou aposentados, alunos de graduação e pós-graduação e técnico-administrativos, não tiveram essa possibilidade de recriação, pois quedaram como vítimas fatais que deixaram de ser tempestivamente assistidas pelo poder público.

Assim, produzir conhecimento e organizar uma obra em tempo tão difícil, ressoa como ato de resistência, pois arquitetar elaborações teórico-empíricas utilizando a palavra escrita requer disposição, saúde física e mental, resiliência para prosseguir as atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade, em meio a tantas perdas de familiares, colegas de trabalhos e amigos mais íntimos.

Foi com o propósito de atenuar as deformações experimentadas por nossos corpos e mentes, que no dia 11 de agosto de 2021, perguntou-se aos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Currículo – NEPEC<sup>1</sup> se estavam dispostos a organizar um livro e se possuíam artigos recentes disponíveis visando sua publicação. Para a felicidade de nosso coletivo acadêmico, sete integrantes se disponibilizaram a participar da desafiadora obra. Ato contínuo, ficou estabelecido o dia 11 de setembro como prazo final para remessa dos textos aos organizadores.

Considerando-se a dinâmica laboral de cada membro do NEPEC, houve recebimento de 4 produções textuais dentro do tempo previsto. Contudo, concedeu-se a dilatação do prazo para o dia 16 de setembro, o que permitiu a recepção de mais 5 trabalhos acadêmicos.

---

1. Criado como Grupo de Pesquisa no ano de 2002, com seu reconhecimento institucional pela Pró Reitoria de Pesquisa - PROPESP da Universidade Federal do Pará, devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Portanto, a obra está composta por 9 capítulos.

Uma vez reunidos os textos, identificou-se que os eixos articuladores das temáticas problematizadas pelos autores e coautores, perscrutavam como objetos de estudos os seguintes temas centrais: docência; prática investigativa de perspectiva filosófica; as expectativas de formação continuada de alunos de graduação; a guerra cultural em torno da informação; os efeitos da pandemia do coronavírus sobre os direitos fundamentais e, também, suas incidências na esfera da Educação Básica; a história local e o ensino de história por meio dos rituais de morte; a educação ambiental na Amazônia; as adolescentes trans sob os efeitos da necropolítica adotada no sistema socioeducativo brasileiro; o ensino remoto emergencial e seus efeitos sobre o trabalho docente e ensino aprendizagem na universidade.

No primeiro capítulo, nascido da coautoria de Thiago Alves Miranda, Joniel Vieira de Abreu e Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, objetivou-se analisar os reflexos decorrentes da pandemia do Covid-19, mormente o isolamento social, enquanto medida restritiva de direito fundamental. Trata-se de temática que ganha relevo, na medida em que o novo coronavírus ainda assola a humanidade e não há cura para a Covid-19, sendo as medidas de distanciamento social e isolamento social recomendadas pelo Poder Público para conter a disseminação do vírus, diminuir a curva de contágio e permitir que os estabelecimentos de saúde proporcionem atendimento adequado aos infectados. Porém, se de um lado há aqueles que defendem o isolamento social, de outro, encontram-se ferrenhos críticos, que apontam a responsabilidade do Estado por medidas que obstam a liberdade de ir e vir dos cidadãos e o direito de empreender, evidenciando a relevância do tema. A pesquisa se classifica como dedutiva, descritiva e bibliográfica. O isolamento social pode ser compreendido, em tempos de pandemia, como uma medida jurídica indispensável, ainda que implique na relativização do direito fundamental? Constatou-se que o isolamento social deve ser compreendido como um instrumental jurídico que leva à preservação do direito fundamental, já que decorre da consagração das liberdades e do direito à saúde, devendo o Estado assegurar meios para a efetivação do isolamento daqueles que assim desejam enfrentar a pandemia do Covid-19.

Importante análise também pode ser encontrada na investigação desenvolvida pelas pesquisadoras Márcia Nemer Furtado, Cleide Carvalho de Matos, Analaura Corradi e Rosângela Araújo Darwich, uma vez que analisaram a configuração, impacto e consequências das guerras culturais para a sociedade brasileira no período de 2015 a 2021. Qual a configuração, impacto e consequências das guerras culturais para a sociedade brasileira no período de 2015 a 2021? Adotou-se o método materialista histórico-dialético, realizando-se coleta e análise de dados mediante pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. *Guerra cultural* não é algo recente, inclusive podendo ter sua base bem antes do contexto aqui enunciado, talvez não com essa denominação, pois trata-se de um conflito ideológico envolvendo principalmente questões morais e de cunho religioso presentes em vários momentos históricos. Concluíram que a *guerra cultural* constitui um grave problema social capaz de inviabilizar a construção de propostas indicativas de caminhos alternativos

às citadas crises e, conseqüentemente, à resolução das mais diversificadas mazelas enfrentadas por grande parte da população brasileira e mundial.

O terceiro capítulo igualmente resultou da parceria intelectual entre os coautores Luiz Miguel Galvão Queiroz, Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, Rafael da Silva Queiroz e Terezinha Sirley Ribeiro Sousa. Nesse trabalho, discutiu-se a prática educativa do ensino remoto na rede pública de educação básica, durante o período da pandemia do coronavírus, com destaque ao discurso do ensino inovador, a partir do uso da pedagogia tecnicista e das tecnologias digitais na mediação do ensino. Historicamente, o período da pandemia do coronavírus escancarou a ineficácia da gestão do Estado no modo de produção capitalista em proporcionar a vida com dignidade à população, e nesse contexto, o estudo problematiza: Em que medida o tecnicismo e a tecnologia digital assume relevo enquanto perspectiva inovadora do ensino na visão dos docentes? Tratou-se de um estudo bibliográfico, produzido por meio de textos de autores que investigaram sobre a temática, depoimentos de docentes e documentos iconográficos que subsidiaram a produção da pesquisa. Verificou-se que as práticas educativas mediadas pelo uso da tecnologia, salvaguardadas por um falso discurso inovador, apenas instrumentalizam os docentes para a utilização de aplicativos, softwares, destinados à produção de materiais didáticos sob efeitos de elementos pictóricos, conjugados de cores e frases, para impressionar os discentes.

Geraldo Neves Pereira de Barros e Silvane Lopes Chaves são pesquisadores que também se desafiaram a escrever e disponibilizar o texto para compor a obra. Assim, no quarto capítulo os coautores entrelaçaram um olhar interseccionado com elementos da necropolítica mbembiana para examinar alguns dados oficiais e acontecimentos sociais de característica transfóbica que retratam a realidade enfrentada por adolescentes trans. Apontam a materialização de uma necropolítica trans como prática tecnológica ininterrupta sobre a experiência transexual dessas adolescentes, dentro e fora dos espaços socioeducativos brasileiros, o que tem ampliado sua morte de uma condição meramente física-biológica para a morte moral, social e política.

Sob os cuidados de Raimunda Lucena Melos Soares, foi proposto o texto localizado no quinto capítulo deste livro. Sua finalidade consistiu em compreender como a investigação sobre a verdade é realizada pela filosofia, e conseqüentemente proporcionar uma discussão sobre questões epistemológicas que envolvem essa procura. No que consiste essa busca pela verdade empreendida pela filosofia, e que questões envolvem essa procura? As fontes de pesquisa que orientam esse estudo são constituídas por obras que viabilizam o contato com os registros do pensamento de alguns filósofos que contribuem para a compreensão das concepções de verdade, bem como da definição do conceito de verdade e sua importância no processo do conhecimento no âmbito filosófico. No cerne das investigações, e dos questionamentos a respeito do ser, as diversas concepções filosóficas realizam um debate teórico fertilizado pelos conceitos de ser e vir-a-ser, que não prescindem das concepções de verdade. As conclusões a que chegou a autora, considerando as opções feitas no estudo, levam-na a confirmar a existência de uma busca infundável acerca das

verdades epistêmicas, por parte da filosofia e, ao mesmo tempo, destacar a necessidade de construção e reconstrução do alicerce sobre o qual o conhecimento se assenta, da elaboração e reelaboração dos conhecimentos, das ideias e das práticas humanas.

Já do labor intelectual exercido por Elaise Almeida Martins e Natamias Lopes de Lima, teve origem o trabalho inserto como capítulo sexto desta coletânea. Constitui-se objetivo geral da investigação compreender como se encontra a Educação do Campo na Amazônia Marajoara, após 20 anos de batismo desse termo, tendo em vista as reivindicações da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Como se encontra a Educação do Campo na Amazônia Marajoara, após 20 anos de batismo desse termo, tendo como parâmetro as reivindicações e os problemas apontados no Texto Base da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998? O trabalho resultou do estudo desenvolvido na pesquisa Análise epistemológica de teses e dissertações sobre educação do campo na Amazônia Marajoara produzidas no período de 2000 a 2017, aprovado no Prodoutor PARC Renovação-2018. Realizou-se pesquisa bibliográfica, catalogação e análise das Teses e Dissertações, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e nos repositórios das universidades de onde decorrem as produções. As análises foram suficientes para demonstrar que mesmo após de 20 anos da realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, problemas crônicos evidenciados naquele contexto histórico, permanecem, embora em grau e roupagem diferentes. Grande parte das problemáticas apontadas são as mesmas que debatemos hoje, por isso, o conteúdo do Texto que balizou o referido evento, é atual, daí continuarmos falando de Analfabetismo, baixo número de matriculas no ensino fundamental comparando ao espaço urbano, falta de infraestrutura para receber os estudantes na escola, falta de apoio dos órgãos estaduais e municipais, currículo descontextualizado, dificuldade de acesso e permanência à escola.

Em coautoria com alunos do curso de graduação, encontra-se representado o sétimo capítulo, do qual participaram Sérgio Bandeira do Nascimento, Adrielly Ferreira Trindade, Elinael da Silva Neves, Maria Marcilene dos Santos Foro, Raimundo Tadeu dos S. Costa Filho e Valdeci Cristo Alves. Tal produção decorre de experiências a partir de uma disciplina, Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de História, ofertada para o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS/Abaetetuba/UFPa). O objetivo consiste em descrever as experiências a partir de uma atividade de ensino com ênfase na História Local e da história oral sobre o processo de transformação de um antigo cemitério em um Campo Espiritual na cidade de Acará. Em relação à metodologia, além de referencial bibliográfico como Fonseca (2009), Luca (2019), Adiche (2019), houve utilização de dados coletados por meio de entrevista com dois antigos moradores e de um padre que atuou na referida cidade, assim como o uso de fotografias que retratam significativamente o quadro de mudanças do lugar e a sua própria ressignificação pelos moradores do município. Os resultados indicam a necessidade de proposições que dinamizem o ensino de história nos anos iniciais no Ensino Fundamental, o uso da história local com subsídios da história oral como estratégia de apropriação e valorização de processos cotidianos dos

próprios discentes para o fortalecimento da identidade e pertencimento como moradores da cidade. Quanto ao exercício da docência, acreditam poder contribuir com a formação de futuros professores para compreenderem que as transformações históricas, como no caso do objeto de estudo, não existem aleatoriamente, mas possuem contextos próprios que cumprem determinados papéis sociais.

O oitavo capítulo, construído na coautoria de Lucas dos Santos da Silva, Luana Fernandes Peixoto e Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, transborda esperanças depositadas por alunos de graduação sobre o aprimoramento profissional e a pesquisa. O estudo objetivou identificar as expectativas de formação continuada dos alunos em uma turma do curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará. Como a formação continuada surgiu e quais as motivações para isto? Como os graduandos veem a formação inicial da profissão docente? A metodologia realizada decorreu de um levantamento bibliográfico, no período histórico de 14 anos, além disso, optou-se por aplicar um formulário de perguntas para a coleta de dados nos termos sugeridos por Salles, Farias e Nascimento (2015) e por fim, a compilação e análise dos dados obtidos. Suas conclusões demonstraram que os alunos pesquisados mostram expectativas para a continuidade no ingresso em cursos da pós-graduação, e entendem a importância desta para a sua formação e para a pesquisa.

Por último, tem-se o nono capítulo de autoria de Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, cuja finalidade desta produção científica visou analisar as implicações do ensino remoto emergencial adotado pelas universidades brasileiras no contexto da pandemia SARS COVID-19, particularmente os efeitos produzidos pelas normas regulamentadoras sobre o trabalho docente e o ensino aprendizagem no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará. Quais as bases legais que possibilitaram à Universidade Federal do Pará instituir e implementar o Ensino Remoto Emergencial? Como se caracteriza o Ensino Remoto Emergencial enquanto política pública aprovada e adotada nessa instituição? Quais os impactos do Ensino Remoto Emergencial sobre o trabalho docente e o processo de ensino aprendizagem dos alunos do curso de Pedagogia? Estudo bibliográfico e documental, tendo havido aplicação de formulário a professores e alunos envolvidos com atividades pedagógicas não presenciais entre os meses de agosto de 2020 a setembro de 2021. Constatou-se a existência de diferentes normas regulamentadoras das atividades pedagógicas não presenciais (em âmbito federal) e do Ensino Remoto Emergencial (na esfera institucional da Universidade Federal do Pará). Ainda que a implantação do Ensino Remoto Emergencial tenha obtido como resultado algumas vantagens aos alunos, os aspectos ressaltados como prejudiciais revelaram o quanto essa política institucional passou a ser inconsistente, em muitos casos, fazendo decair a qualidade do trabalho docente e do ensino aprendizagem realizado no período de sua vigência.

Os estudos aqui reunidos, portanto, irrompem como importantes provocações epistemológicas, fagulhas capazes de projetar lampejos de esperança sobre os diferentes modos com os quais nós, docentes da Educação Superior, procuramos nos reinventar para resistir a tantas adversidades, em meio a sofrimentos e perdas irreparáveis, irrecuperáveis, insubstituíveis.

Acima de tudo, esta obra também é uma forma de protestar contra a atuação omissiva do Presidente do Brasil, em face dos malefícios causados pela pandemia do coronavírus e de suas nefastas medidas oficiais que ampliaram a proliferação dessa infecção, tendo como consequência o genocídio de parte considerável da população brasileira.

Por outro lado, sobressai a oportunidade de prestar as merecidas homenagens a ELZA EZILDA VALENTE DANTAS e DÁRIO AZEVEDO DOS SANTOS. A primeira, porque devotou parte de sua vida profissional ao ensino, pesquisa, gestão institucional e produção de conhecimento, com destacada participação no NEPEC, na qualidade de orientanda e de pesquisadora, cravando sua sensibilidade nas veredas históricas de nossos corações. Tornou-se uma vítima do coronavírus, tendo falecido no dia 22 de fevereiro do ano de 2021. O segundo, por ter sido um docente da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, com o qual muitos dos autores presentes neste livro tiveram a oportunidade de conviver enquanto colegas de turma do Curso de Mestrado ou no Doutorado, como aluno de disciplina, um colega de profissão, um amigo, um militante na luta em defesa da educação, da justiça e da democracia. Acometido pelo coronavírus, também não resistiu e sucumbiu. Deixou-nos órfãos de seu convívio no dia 13 de junho de 2021.

Agradecemos a todos os docentes e graduandos que se disponibilizaram a participar da criação desta obra-protesto, cedendo parte de seu tempo de vida e de trabalho para pesquisar e produzir conhecimento, encarando a criação como ato de alimento à vida e resistência às intolerâncias, em momento que a ciência e seus arautos sofrem execração pública.

Belém, Pará, Brasil.

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Joniel Vieira de Abreu

(Organizadores)

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

UMA ANÁLISE DO DIREITO FUNDAMENTAL EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL:  
REFLEXOS DA COVID-19

Thiago Alves Miranda  
Joniel Vieira de Abreu  
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123111>

### **CAPÍTULO 2..... 18**

GUERRAS CULTURAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Márcia Nemer Furtado  
Cleide Carvalho de Matos  
Analaura Corradi  
Rosângela Araújo Darwich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123112>

### **CAPÍTULO 3..... 30**

A FALÁCIA DA PEDAGOGIA TECNICISTA E DA TECNOLOGIA DIGITAL COMO  
PERSPECTIVAS INOVADORAS DO ENSINO REMOTO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Luiz Miguel Galvão Queiroz  
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa  
Rafael da Silva Queiroz  
Terezinha Sirlei Ribeiro de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123113>

### **CAPÍTULO 4..... 46**

“ME TRATAM COMO UMA BARATA”: ADOLESCENTES TRANS, NECROPOLÍTICA E O  
SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO

Geraldo Neves Pereira de Barros  
Silvane Lopes Chaves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123114>

### **CAPÍTULO 5..... 56**

FILOSOFIA, CONHECIMENTO E VERDADE: FRAGMENTOS HISTÓRICOS

Raimunda Lucena Melo Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123115>

### **CAPÍTULO 6..... 76**

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA MARAJOARA: UMA ANÁLISE APÓS 20 ANOS  
DA I CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

Elaise Almeida Martins

Natamias Lopes de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123116>

**CAPÍTULO 7..... 97**

HISTÓRIA LOCAL, ENSINO DE HISTÓRIA E RITUAIS DE MORTE NO CAMPO ESPIRITUAL DE SÃO JOSÉ NA CIDADE DE ACARÁ-PARÁ

Sérgio Bandeira do Nascimento  
Adrielly Ferreira Trindade  
Elinael da Silva Neves  
Maria Marcilene dos Santos Foro  
Raimundo Tadeu dos S. Costa Filho  
Valdeci Cristo Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123117>

**CAPÍTULO 8..... 111**

EXPECTATIVAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Lucas dos Santos da Silva  
Luana Fernandes Peixoto  
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123118>

**CAPÍTULO 9..... 130**

REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E OS EFEITOS DA POLÍTICA INSTITUCIONAL NA RECENTE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123119>

**SOBRE OS ORGANIZADORES ..... 169**

## A FALÁCIA DA PEDAGOGIA TECNICISTA E DA TECNOLOGIA DIGITAL COMO PERSPECTIVAS INOVADORAS DO ENSINO REMOTO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Data de aceite: 01/11/2021

### **Luiz Miguel Galvão Queiroz**

Pedagogo. Doutor em Educação. Especialista em educação da rede estadual do Pará. Docente substituto da Universidade do Estado do Pará - UEPA.

### **Paulo Sérgio de Almeida Corrêa**

Doutor em Educação. Bacharel em Direito. Especialista em Direito Eleitoral e Criminologia. Poeta. Músico. Compositor. Professor Titular. Faculdade de Educação. Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará.

### **Rafael da Silva Queiroz**

Licenciado em Letras – Língua Portuguesa. Mestre em Literatura Amazônica. Docente da Rede Estadual de Ensino do Pará.

### **Terezinha Sirlei Ribeiro de Souza**

Pedagoga. Mestre em educação. Docente da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

## INTRODUÇÃO

O presente texto trata da reflexão na e sobre a prática educativa dos docentes na educação básica, proveniente das adequações realizadas pelas redes de ensino, com a finalidade de promover a continuidade das atividades educativas, em cumprimento ao calendário escolar, durante o período da

Pandemia do Covid19, cujo reflexo na sociedade brasileira alcançou mais de quinhentos mil óbitos, oficializados junto aos órgãos de saúde, sendo que tal informação, não contabiliza as situações de subnotificação<sup>1</sup>.

A pandemia do Covid19 não pode ser considerada como algo inesperado à sociedade, tampouco atribuída à ação do ser sobrenatural sobre a humanidade, como também a conjectura de que se trata de uma guerra química, conforme declarado pelo Presidente da República Jair Bolsonaro. De acordo com Harvey et al (2020, p. 6), “tal como as influências anuais, este vírus está em mutação à medida que circula através de populações com diferentes composições etárias e condições de saúde”. Essa situação nos leva a refletir sobre o papel do Estado na tomada de medidas destinadas a prevenir e intervenção positiva em seus respectivos espaços de poder.

O verdadeiro nome da pandemia em curso deve sugerir que, num certo sentido, estamos a lidar com “nada de novo sob o sol contemporâneo”. Seu nome é SARS-2, ou seja, Síndrome Respiratória Aguda Grave – 2, um nome que assinala a “segunda vez” desta identificação, após a epidemia da SARS-1, que se espalhou por todo o mundo na primavera de 2003. Na época, foi chamada de “a primeira doença desconhecida do século XXI (HARVEY et al, 2020, p. 35).

1. Segundo indicadores atualizados no dia 05 de setembro de 2021, no Brasil, a taxa de mortalidade decorrente da infecção por meio do coronavírus acometeu 583.628 vítimas, representando uma taxa de letalidade de 2,8% em relação ao total de 20.890.779 casos já confirmados no país. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em 05 agosto 2021.

A história das pandemias e endemias ocorridas na sociedade, tomando como exemplo a gripe espanhola na primeira metade do século XX, em sua maioria, expressa a ineficiência do Estado na promoção do bem-estar da população, especialmente aos estratos economicamente hipossuficientes, e, segundo Harvey et al (2020, p. 7), “eles tornaram-se vítimas de uma sinistra sinergia entre a desnutrição – que suprimiu sua resposta imunológica à infecção e produziu a inflamação bacteriana, bem como uma pneumonia viral”.

De acordo com os profissionais da área de saúde, entre estes a professora de infectologia da Universidade de Brasília – UNB, Valéria Nogueira Dias Paes Secco<sup>2</sup>, um dos elementos indispensáveis para a proteção contra o COVID19 é a higienização das mãos, no entanto, grande parte da população brasileira que habita nas áreas periféricas não dispõe de fornecimento de água tratada, a ausência de planejamento habitacional origina as práticas de ocupação ilegal do espaço, com moradias em sua maioria com no máximo dois cômodos para abrigar as famílias em condições de indigência, o que deixa esses estratos sociais vulneráveis ao contágio. Nesse contexto, é possível apontar para a ausência do Estado no atendimento da população invisível devido sua hipossuficiência econômica.

A complementação desse cenário é exposta por meio do desmonte do Estado no Brasil, protagonizado na reforma do Estado na década de 1990, que culminou em restrições nos investimentos em saúde pública, e impediu a universalização da rede de Unidades de Saúde destinadas à promoção da atenção básica, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, com Unidades dotadas de infraestrutura, principalmente de leitos com UTI, que poderia evitar o caos do sistema. Em contrapartida, os escassos hospitais públicos para atendimento de média e alta complexidade, passaram a ser geridos por Organizações Sociais, em conformidade com a lógica da terceirização dos serviços públicos.

A reforma do Estado brasileiro, iniciada a partir da última década do Século XX e prossegue para ampliação do espaço reservado ao desenvolvimento do sistema capitalista, tem promovido a sucessiva redução do papel estatal na promoção, proteção e assistência à população. A política econômica destinada à reestruturação produtiva, visando à expansão das fronteiras do modo de produção acumulador, suprime o atendimento das necessidades básicas da população, e isso não ocorre unicamente no Brasil, mas também nos Estados Unidos.

Tanto a temporada de gripe de 2009 como a de 2018, por exemplo, sobrecarregaram os hospitais em todo o país, expondo a chocante escassez de leitos hospitalares após anos de cortes na capacidade de internação, com fins lucrativos [...] De acordo com a Associação Hospitalar Americana, o número de leitos hospitalares diminuiu extraordinariamente em 39% entre 1981 e 1999 [...] Como resultado, há apenas 45.000 leitos de UTI disponíveis para lidar com a projetada torrente de casos graves e críticos decorrentes do coronavírus (HARVEY et al, p.7-8, 2020).

---

2. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9828477539286839>

As restrições de serviços para atendimento da saúde básica da população é parte integrante do projeto econômico neoliberal, complementado pelas restrições de financiamentos ao desenvolvimento de pesquisas científicas em favor da prevenção e combate a endemias. O foco principal da indústria química, reserva-se a outros tipos de doenças, capazes de promover lucros em curto prazo. Assim, é possível perceber o quanto a pandemia do COVID19 apresenta relação direta com restrições das políticas sociais a serem promovidas pelo Estado, e, por outro lado, revela um viés econômico, defendido por meio do Capital, em que a acumulação não pode sofrer restrições em meio à crise sanitária mundial.

A atividade de ensino remoto, durante o período da pandemia de coronavírus no Brasil, foi assegurada na Educação, em conformidade com a Lei 14.040/2020, promulgada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, principalmente em salvaguarda dos interesses dos grupos educacionais privados, que exigiam o retorno das atividades educacionais, inclusive por meio de caminhadas e protestos, mesmo com elevados índices de óbitos registrados diariamente em todo o país. Assim, o artigo 26 ressalta:

podem ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária (BRASIL, 2020).

O contexto acima desafiou a educação pública quanto à manutenção do calendário escolar, por meio da adequação das atividades pedagógicas, com relevo à prática do ensino remoto, que demandou urgentes adaptações na organização do trabalho pedagógico, como alternativa para assegurar a regularidade das atividades de ensino nas escolas, mediadas pela utilização da tecnologia digital, o que ocasionou a ressignificação do trabalho docente, visto que a prática educativa presencial, por meio do diálogo, da problematização de temas, discussões em grupos presenciais, deram lugar a novas formas de interações virtuais entre os docentes e os alunos.

Segundo Costa (2013), o domínio dos potenciais das tecnologias digitais para efetivação do ensino ainda é limitado entre as diferentes gerações de docentes, e ao mesmo tempo, as redes de ensino não priorizam em seus programas de formação continuada, o desenvolvimento das habilidades dos docentes para utilização dos instrumentais tecnológicos.

Durante a pandemia do COVID19, as redes de ensino potencializaram a promoção de *courses on line* de curta duração, visando assegurar aos docentes a instrumentalização para utilização da Plataforma Moodle e Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA, com destaque para o *Google Meet* e *Google Classroom* voltados à promoção do ensino remoto.

A utilização das tecnologias digitais destinadas a promover a mediação do ensino remoto na educação básica, possibilitou a reflexão sobre o olhar dos docentes quanto

à atribuição de juízo de valores em relação às determinações legais prescritas nos documentos oficiais visando à operacionalização das atividades educativas, em que a tecnologia alcança espaço expressivo na promoção da qualidade do ensino, e nesse contexto, problematiza-se: Em que medida o tecnicismo e a tecnologia digital assume lugar de importância enquanto perspectiva inovadora do ensino na visão dos docentes?

Trata-se de um estudo desenvolvido por meio da análise de fontes documentais, dentre estas, legislações, documentos oficiais institucionais e depoimento de doze docentes vinculados à escola pública estadual do Pará. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas. Adotou-se a técnica da análise do conteúdo, descrita por Bardin (1978) em que há sentido explícito nos registros documentais, os quais se tornam parte da história dos sujeitos. Segundo Saviani (2015), todo documento expressa uma realidade concreta, produzida por sujeitos inseridos em determinados espaços de poder, portanto, constituem-se em testemunhos vivos, de um contexto histórico, em que homens e mulheres estão inseridos, os quais revelam suas visões sobre mundo.

## **A QUE E A QUEM INTERESSA O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA**

De acordo com Adrião (2020), a utilização das tecnologias digitais nos processos e procedimentos de trabalho acentuou o controle sobre as tarefas realizadas pelos trabalhadores, desde a organização até a finalização de um determinado produto ou serviço, disponível ao consumo. Na atividade docente, o controle sobre as atividades educativas e pedagógicas desempenhadas pelos professores, por intermédio das plataformas virtuais, significa a perda da autonomia sobre o processo de trabalho, indo desde a obrigatoriedade da postagem de materiais num tempo determinado, até o monitoramento das atividades por sujeitos que dispõem de perfis para adentrar no ambiente virtual “restrito” ao professor e verificar o desenrolar do processo de trabalho e seu devido cumprimento.

A pandemia do coronavírus proporcionou a ampliação do espaço dos artefatos tecnológicos no cotidiano educacional escolar, visando disponibilizar atividades, dentre estas: exercícios, simulados, textos, aulas online, vídeos, e conseqüentemente esta ação foi viabilizada por meio dos pacotes de aplicativos do Google, especialmente no portal Google Workspace <https://workspace.google.com/>, no qual estão disponibilizadas as chamadas “Ferramentas de produtividade e colaboração para todas as formas de trabalho”, tais como: Mail, Chat, Rooms, Meet. Essa situação imprimiu novas feições no fazer pedagógico, por meio da utilização de produtos ofertados no mercado, os quais foram recomendados a utilização para assegurar a prática de ensino remoto nas redes de ensino.

Por outro lado, a pandemia do coronavírus desvela a face da relação entre o Estado e o empresariado, em que o primeiro “é o comitê para gerir os negócios comuns de toda

a classe burguesa” (Marx, 1978, p.). Nesse sentido, é possível identificar a participação efetiva do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação, por meio da promulgação de documentos normativos com o intuito de promover novas relações de trabalho.

A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das “regras do jogo” e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos - e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo. O aspecto característico da ação política é o de exigir ou reforçar uma conformidade substancial. A grande vantagem do mercado, de outro lado, é a de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional (FRIDMAN, 2019, p.23).

As novas formas de relações de trabalho impostas no cenário da pandemia do coronavírus, movimentaram a participação significativa do mercado, ao pressionar a continuidade das atividades produtivas, e no contexto educacional, o ensino remoto ocasionou a precarização do trabalho docente, em que a maioria dos professores assume os custos operacionais com equipamentos e insumos visando a produção de material didático e compêndios escolares. Em meio ao caos instalado, o Estado dita as recomendações para o funcionamento das atividades pedagógicas em regime de ensino remoto.

Dessa forma, do modo como passou a ser implementado, o ensino remoto é sinônimo de precarização do trabalho docente e da educação escolar pública, ao limitar a atividade de ensino por meio de conteúdos mínimos, com reflexos significativos na formação geral dos educandos. Tal precarização do trabalho docente foi alvo de denúncias em documentos emitidos pela representação de classe dos docentes de ensino superior.

Um efetivo processo educativo exige: (1) dimensões formativas essenciais, como a produção crítica e criativa do conhecimento; (2) a vivência que possibilita o diálogo entre educador e educando, assim como a interlocução entre diferentes áreas do conhecimento; (3) a experimentação de pesquisa, extensão, monitoria e outras ações político-pedagógicas, possíveis apenas na modalidade presencial (ANDES, 2020, p. 06).

A pandemia do coronavírus proporcionou mudanças significativas na gestão do trabalho, visando assegurar o distanciamento social e a biossegurança nos diferentes espaços de atividades laborais, com a substituição do trabalho presencial por trabalho remoto, descrito por Antunes (2019), como a “uberização do trabalho”, em que a mediação para a realização de tarefas é realizada por meio das tecnologias digitais. Esse processo é também acompanhado pela flexibilidade, a intermitência, e a informalidade.

Segundo Antunes (2019), o trabalho remoto subtrai do processo formativo humano a sociabilidade, induzindo o sujeito ao isolamento, além de romper com a possibilidade

de troca de conhecimentos e experiências. Em particular no trabalho docente, em que o diálogo entre os agentes do processo educativo é essencial ao compartilhamento de ideias e reflexões teóricas, pois as atividades pedagógicas não presenciais, limita a qualidade do ensino.

A reflexão sobre o trabalho docente com a utilização do ensino remoto, não se limita à utilização das tecnologias digitais como elementos mediadores do processo educativo entre docentes e discentes, mas alcança um nível mais elevado de discussão à medida em que a organização da gestão do trabalho inviabiliza a relação coletiva entre os trabalhadores, transfere os custos operacionais do trabalho ao trabalhador e a consequente precarização de direitos.

Para os capitais é o melhor dos mundos, porque joga o trabalhador ou a trabalhadora na sua casa, isolado, não paga transporte, alimentação, não paga nem a ele nem a ela nada dos gastos que ele tem dos equipamentos nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, o que for, e mais, separa os trabalhadores dos seus companheiros de trabalho, individualiza o trabalho (ANTUNES, 2019).

A crise sanitária provocada pelo coronavírus proporcionou ao capital, a experimentar novas estratégias de gestão do trabalho, com a transferência dos insumos e custos operacionais dos processos de produção à classe trabalhadora, complementado pela desarticulação da luta de classe, em obediência ao isolamento social. No caso específico do trabalho docente, a utilização do notebook, energia elétrica, telefone celular, pacote de Internet privada, constituíram-se em instrumentos-chave para o desempenho de atividades de ensino remoto nas unidades escolares. Em meio a esse quadro, inviabilizou-se o debate sobre a infraestrutura escolar e as limitações de financiamento destinado a presença dos aportes tecnológicos colocados à disposição nas escolas públicas para a promoção do ensino e a apropriação do conhecimento historicamente acumulado.

A lei 14.040/2020 ao determinar as atividades pedagógicas não presenciais, por intermédio da utilização do ensino remoto, promoveu mudanças nas relações de trabalho nas unidades escolares, mediante a utilização da Plataforma Moodle, aplicativos Google Meet, Google Forms, Google Classroom e outros. Ainda que a pandemia do coronavírus persista, devido a ineficiência da gestão do Estado no Brasil no combate ao Covid19, por meio da universalização da imunização à toda população, o sustentáculo do projeto acumulador não pode sofrer perdas.

De acordo com Vieira e Silva (2020), a pandemia do coronavírus ocasionou a adoção de políticas públicas emergenciais, em especial, o isolamento social, com a finalidade de assegurar o funcionamento das atividades produtivas e limitar os índices de contaminação entre a população. O Ministério da Educação, ao seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde – OMS, quanto à promoção do distanciamento social, determinou por

meio da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, a suspensão das atividades pedagógicas presenciais, adequando-se a continuidade do período letivo por intermédio de atividades não presenciais, mediadas por tecnologia digital.

Observa-se que, no contexto da pandemia do coronavírus, ocorreram mudanças na gestão das relações de trabalho, por meio da utilização da tecnologia da informação e comunicação. De acordo com Antunes (2019) o quadro proporcionado pela “facilitação” das tarefas com a utilização das tecnologias, trouxe a sensação de uma “nova era de felicidade” à classe trabalhadora, justificado pela comodidade, flexibilidade, rapidez no acesso as informações. No entanto, “o capital global só precisava de um novo maquinário”, para explorar em maiores proporções a força de trabalho e precarizar em escalas elevadas o processo educativo.

O caráter precário do trabalho é construído em meio à dinâmica constitutiva do modo de produção capitalista, visando proporcionar condições objetivas para a acumulação e subjetivamente para tornar uma nova relação de trabalho como algo “normal”. Nesse contexto, o trabalho docente ao se valer do aporte tecnológico informacional e comunicacional destinado a mediar o ensino remoto, produz e faz circular a “falsa ideia” do caráter inovador da prática educativa no interior das escolas.

A precarização não é algo estático, mas um *modo de ser* intrínseco ao capitalismo, um *processo* que pode tanto se *ampliar* como se *reduzir*, dependendo diretamente da *capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora*. Trata-se de uma tendência que nasce, conforme Marx demonstrou em *O capital*, com a própria criação do trabalho assalariado no capitalismo. Como a classe trabalhadora vende sua força de trabalho e só recebe por parte de sua produção, o excedente que é produzido e apropriado pelo capital tende a se ampliar por meio de vários mecanismos intrínsecos à sua lógica (ANTUNES, 2019, p.65).

É notável que a precarização do trabalho docente, descrita no contexto da pandemia do coronavírus, limita a criatividade e a autonomia do trabalhador, no sentido de impedir o desenvolvimento do diálogo com seus pares, a reflexão na/sobre a prática educativa e sua possível transformação. Trata-se de uma condição laboral em que a invisibilidade do controle sobre a ação humana é exercida sem precedentes, visto que “na outra ponta, um patronato invisível, mas que sabe comandar seus negócios com controle evidente, através de panópticos televisivos” (ANTUNES, 2019, p.12).

A necessidade de adequação da gestão do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior pública, mediante a utilização das plataformas digitais, permitiu desvelar o véu das limitações relativas ao aparato tecnológico disponível para utilização na operacionalidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, quanto da formação continuada de professores e da expansão das políticas de tecnologia e informação.

A suspensão das atividades letivas presenciais por todo o mundo impôs aos gestores educacionais, professores e estudantes, o desafio de uma adaptação e transformação, até então, inimagináveis (OCDE, 2020a), obrigando-os a um novo modelo educacional, sustentado pelas tecnologias digitais e pautado nas metodologias da educação online. Os professores se viram pressionados a migrarem para o ensino online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos espaços de aprendizagem presenciais, naquilo que tem sido designado por ensino remoto de emergência (VIEIRA&SILVA, 2020, p 1014).

Diante de tais circunstâncias, ocorrem limitações das condições objetivas relativa à qualificação necessária para a mediação da prática educativa em ambientes de ensino remoto. Nesse contexto, o trabalho docente precisa ser reavaliado durante o período pandêmico, uma vez que há a necessidade de os professores trabalharem usando ferramentas tecnológicas como celulares, computadores, notebooks, e, principalmente lançar mão do uso de plataformas digitais.

Delgado (2006) ressalta que as ferramentas tecnológicas são instrumentos que ajudam no processo de ensino-aprendizagem, entretanto, não são capazes de resolver todos os problemas encontrados na sala de aula ou escola. Faz-se importante incentivar e propor formações adequadas para qualificar os professores quanto ao uso da tecnologia digital.

A partir das medidas determinadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE por intermédio de documentos técnicos destinados a viabilizar a atividade do ensino remoto, na educação básica e superior, as redes de ensino, com o intuito de promover a formação continuada de docentes, disponibilizaram cursos de curta duração, tutoriais, por meio de plataformas digitais.

Na rede pública estadual do Pará, o ensino remoto foi institucionalizado de acordo com a Resolução CEE/SEDUC n.102/2020 e do Parecer CNE n.5/2020, que culminou com a elaboração da Nota Técnica 01/2020, e conforme o Inciso IV deveria ser assegurado a sistematização e registro de todas as atividades Pedagógicas não presenciais e no Inciso V, realizar o processo de capacitação pedagógica dos professores para utilização das metodologias a serem empregadas nas atividades remotas (PARÁ, 2020).

A referida nota técnica prioriza a retomada do ano letivo de 2020, com orientações destinadas ao planejamento do retorno das atividades escolares mediante a adequação do calendário visando cumprir o mínimo previsto na legislação, além de responsabilizar a gestão das escolas pelas condições de segurança sanitária e higiene para o retorno das atividades pedagógicas. Em relação a infraestrutura escolar, dentre estas a disponibilidade de equipamentos, acesso a Internet, e demais recursos tecnológicos para viabilizar o ensino remoto, não são mencionados no supracitado documento oficial.

No caso da adoção do ensino remoto emergencial na rede de ensino do Estado do

Pará, diversos problemas são narrados por um docente vinculado à Secretaria de Estado de Educação SEDUC;

As atividades de formação promovidas na Escola estão muito distantes da realidade objetiva dos docentes, visto que em sua maioria, não possuímos a habilidade para manusear as tecnologias. Até para instalar um Datashow na escola temos dificuldades, e quanto mais ministrar aulas com o auxílio de aplicativos no computador ou no celular. A SEDUC não promove capacitação e a escola muito menos. Agora a direção da escola fica pressionando para os professores darem aula por meio virtual, sem que os professores tenham sido treinados para isso (DOCENTE A).

Implementar a atividade de ensino remoto demandou medidas alternativas no âmbito institucional, especialmente no intuito de promover a habilitação dos docentes para utilização das plataformas digitais. O período pandêmico revelou as limitações que os docentes trazem quanto ao domínio do aparato tecnológico disponível à prática pedagógica, como também fez emergir o fato de que as redes de ensino dispõem de recursos e tecnologia remota (ou seja) muito distante da realidade que cenário requer para a oferta do ensino mediado por tecnologia digital.

A gestão escolar assumida na condição de preposto do Estado, visto que o cargo de direção das unidades de ensino é convertido em moeda de troca após as sucessivas trocas de governo, portanto, os diretores são indicados politicamente, logo, destituídos de autonomia administrativa, pressionam os docentes a adotarem o ensino remoto, sem que estejam em condições objetivas de aquisição e preparo para utilização desses artefatos tecnológicos digitais.

As condições objetivas de infraestrutura para viabilizar o ensino remoto nas unidades de ensino da rede estadual do Pará não foram asseguradas, como também, a formação continuada de docentes ocorreu por meio de eventos pontuais *on line*, com comprometimento ao processo em sua totalidade, e muitas vezes gerando angústias aos docentes:

Os cursos on line não conseguem tirar as dúvidas dos docentes. são tutoriais informando o passo a passo das tarefas. Caso o professor não consiga acompanhar a sequência das tarefas, ele não tem a quem recorrer em busca de suporte. Na verdade esses cursos não contribuíram com nada, apenas atrapalharam e geraram mal estar, pois a maioria dos professores tem dificuldades de uso do computador e de outros aplicativos (DOCENTE C).

Constata-se a flagrante limitação da política de formação continuada no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Pará, e durante o período da pandemia do coronavírus houve ações paliativas, as quais não conseguem responder as expectativas dos docentes quanto ao processo formativo, bem como as metodologias adotadas por meio de tutoriais são ineficazes. Para Sousa et al (2021), a formação continuada dos professores efetivada

por webinários, tutoriais, videoconferências, com carga horária diminuta é insuficiente para promover a qualificação necessária para o desempenho das atividades pedagógicas destinadas a utilização do ensino remoto.

## **A IDEOLOGIA DO DISCURSO INOVADOR NA PRÁTICA EDUCATIVA SOB A DINÂMICA DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

A promoção do ensino mediado por tecnologias digitais nas redes públicas de ensino, ocasionou a adequação da organização do trabalho pedagógico, e dentre as medidas adotadas pelas equipes técnicas pedagógicas das unidades de ensino, no afã de assegurar um suposto nível de “qualidade” no processo ensino-aprendizagem, centrou-se nas estratégias didático-metodológica, com foco na utilização dos recursos tecnológicos disponíveis em aplicativos.

De acordo com Dellagnelo (2020) a pandemia do coronavírus proporcionou a construção de uma revolução na organização do trabalho pedagógico escolar, visando acima de tudo, experimentar novas alternativas de práticas educativas, com a utilização da tecnologia educacional, de modo que, em qualquer outro momento em que a escola não possa funcionar com o ensino presencial, o ensino precisa acompanhar o cenário contemporâneo, de predominância das relações virtuais, cada vez mais ocupam espaço de visibilidade nas relações sociais.

O ensino híbrido amplia as experiências de aprendizagem dos jovens e aproxima a educação da maneira como vivem hoje, permeada pela tecnologia [...]. Isso é importante porque, com o Novo Ensino Médio, vários interesses do jovem, projetos de vida, itinerários que queiram, que a escola não tinha como oferecer, e agora pode com componentes online (DELLAGNELO, 2020).

A utilização dos recursos disponíveis nas tecnologias digitais nas relações sociais, principalmente quanto ao uso de aplicativos de softwares, não pode ser dimensionada como parâmetro para avaliação de níveis de aprendizagem dos sujeitos implicados com o processo educativo, visto que a maioria desses artefatos exige unicamente o domínio de comandos previamente programados para execução de tarefas. Nesse contexto, a presença das tecnologias digitais como elemento facilitador da aprendizagem é questionada a partir das condições em que elas se apresentam para mediação na prática educativa.

O discurso que circula no campo educacional, especialmente a partir da implementação da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, aponta para o caráter inovador do ensino, com foco no protagonismo dos educandos para a construção do conhecimento; no entanto, é impossível o educando produzir conhecimento, a partir de um desenho curricular prescrito para a educação básica dotado de conteúdos mínimos. Assim, tem-se vivenciado nas escolas públicas o foco da prática educativa se direcionar no

aprimoramento das técnicas de ensino, mediante a utilização das tecnologias digitais.

A nova versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os ensinos infantil e fundamental (BRASIL, 2017) propõe dez competências, tanto cognitivas como socioemocionais, que devem ser desenvolvidas ao longo de todo o ciclo da Educação Básica. Dentre essas competências está a utilização das TDIC. De acordo com o referido documento, o aluno deve saber usá-las de maneira crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas [...]. Por esse motivo, a necessidade de cursos de formação para instrumentalizar o professor a aprender a operacionalizar, de maneira reflexiva, funcional e pedagogicamente as TDIC em suas práticas educacionais (ARAÚJO, 2018, p. 1595).

A instrumentalização dos docentes visando a apropriação dos comandos estabelecidos nos aplicativos e softwares destinados a produção de recursos e materiais didáticos durante o período da pandemia do coronavírus tem se intensificado nas propostas de formação dos docentes, e de acordo com Manfredi (2010) os pressupostos de aprendizagem defendidos no ideário escolanovista visava uma pedagogia ativa, com foco nos recursos didáticos como elemento central para a promoção da aprendizagem.



Fonte: Portal SEDUC/PA, 2021.

<http://intranet.seduc.pa.gov.br/loginIntranet/index.php>

De acordo com as perspectivas que se apresentam no contexto da pandemia do coronavírus, as redes de ensino têm concentrado suas estratégias na promoção de cursos de curta duração aos docentes, visando habilitá-los para utilização dos recursos oportunizados nas tecnologias digitais, e, assim, facilitar a aprendizagem dos estudantes.

O nosso foco agora é voltado para o domínio dos meios de ensinar, ou melhor, escolher a melhor forma de apresentação dos objetos de conhecimento, de acordo com as competências e habilidades previstas na BNCC. Nunca fiz em toda a minha vida de professor tanto plano de aula e plano de ensino, como também material em Canva para utilização nas aulas remotas. Antigamente a nossa preocupação era com o conhecimento e agora é com os materiais e recursos a serem utilizados, pois é isso que tem sido cobrado. Temos que ser inovadores (DOCENTE D).

O discurso que circula em relação a inovação nas práticas educativas durante o período da pandemia do coronavírus, reserva-se ao uso instrumental de artefatos tecnológicos disponibilizados por meio de softwares e aplicativos, destinados a produção de material e recursos didáticos a serem utilizados no ensino remoto. Para Sousa et al (2021), trata-se da precarização do ensino público em níveis cada vez mais avançados, com o intuito de suprimir qualquer possibilidade dos alunos oriundos das classes trabalhadoras almejar o acesso à educação superior.

De acordo com Freitas (2018), a gestão pedagógica do ensino na escola pública burguesa tem cada vez mais adotado os mecanismos de controle da produção utilizados nos espaços fabris, especialmente quanto à produção de relatórios destinados a descrição da rotina de trabalho dos docentes. No período da pandemia do coronavírus, os docentes das redes de ensino passaram a preencher formulários disponibilizados em plataformas *on line*, cujo teor das informações se limitam às atividades pedagógicas realizadas.

Em vista da necessidade de adequar o ensino às condições previstas na legislação 14.040/2020 que amparou a prática do ensino remoto durante o período da pandemia do coronavírus, houve a adoção do paradigma tecnicista como principal referência para subsidiar a organização do trabalho pedagógico, visando o alcance de resultados, mesmo em condições sanitárias adversas.

O discurso da pedagogia tecnicista se coaduna com a lógica do modelo de competências ao ter como base uma educação que privilegia a lógica da instrução e a transmissão da informação. Mais especificamente, o reducionismo tecnicista – em que a formação de professores parte da dimensão acadêmica para a dimensão experimental/pragmática e coloca a ênfase nas competências e habilidades dos professores e alunos busca, prioritariamente, o alcance das metas e resultados pré-estabelecidos para assim garantir a eficiência e a produtividade na educação (SILVA, 2016, p.198).

A presença da pedagogia tecnicista no contexto educacional tem promovido um discurso de melhoria da qualidade do ensino, por meio da utilização de efeitos pictóricos, mediante a combinação de cores e informações sintéticas disponíveis em aplicativos, destinados a sistematizar os conteúdos de ensino. Nesse contexto, é possível considerar que a valorização das estratégias de ensino por meio de recursos tecnológicos disponíveis em variados *softwares*, alcançou um espaço significativo no fazer pedagógico dos docentes.

As limitações das políticas de formação continuada nas redes públicas de ensino, oportunizou a adoção de medidas paliativas para instrumentalizar os docentes na utilização de aplicativos e softwares destinados à construção de material pedagógico para utilização em sala de aula virtual.



Fonte: Portal SEDUC/PA, 2021.

<http://intranet.seduc.pa.gov.br/loginIntranet/index.php>

As estratégias apresentadas na rede pública estadual do Pará, para viabilizar o ensino remoto durante o período da pandemia do coronavírus no intuito de assegurar a regularidade do calendário escolar, tem como foco a utilização da tecnologia digital nos procedimentos operacionais, eivado de condicionantes ideológicos, em que a tecnologia possibilita assegurar a qualidade da aprendizagem. Conforme já analisou Silva (2016, p.206), “no modelo tecnicista de educação, a exigência da produtividade do sistema de ensino, por intermédio da racionalização, propôs objetivos de ensino fragmentado”.

As atividades formativas em caráter paliativo, por meio de cursos de curta duração viabilizados por meios virtuais, com a finalidade de instrumentalizar os docentes da rede estadual de ensino do Pará, revela o quanto a política de formação de professores é limitada, visto que não consegue promover a cobertura para todo o território paraense, especialmente aos professores que residem nos municípios mais distantes da Capital (Belém). Além disso, trata-se de cursos com carga horária reduzida, de caráter tecnicista, em que o foco no fazer, destituído de uma fundamentação teórica, não consegue responder as lacunas da formação dos docentes.

O foco instrumental contido nas oficinas, visando habilitar os docentes para a construção de materiais para utilização no ensino remoto, destituído do debate epistemológico relativo aos fundamentos teóricos e metodológicos, apenas expressa o caráter paliativo que as instituições de ensino proporcionam, com

a finalidade de assegurar a continuidade das atividades pedagógicas e o calendário letivo. A presença dos “produtos” disponibilizados no Google para auxiliar os docentes na mediação do processo educativo, torna-os “meros” executores de tarefas previamente programadas (SOUSA et al, 2021, p.130).

Em complementação ao quadro descrito, o suposto discurso inovador na prática educativa, é reforçado também pela presença do “teletrabalho”, em que os níveis de exploração da força de trabalho se elevam. No entanto, para alguns docentes, o período da pandemia contribuiu para a superação do desafio quanto à utilização das tecnologias digitais, pois os discentes não poderiam deixar de ser atendidos. Assim, muitos docentes contraíram dívidas para aquisição de computadores, telefone celular, e outros artefatos tecnológicos, para facilitar a comunicação e a interação virtual com os alunos.

Tivemos que nos desafiar em todos os sentidos. Seja em relação ao domínio da tecnologia, por meio de formações virtuais, ou aprendendo com os próprios colegas, para assegurar a produção de material didático aos alunos. Foi também um desafio preencher os formulários *on line*, e a cada semana tinha que fazer relatório de atividades. Como não tenho muita habilidade com computador, tive que pedir auxílio de parentes, e até pagar para alguém fazer determinados trabalhos no power point. Também, tive que comprar um novo notebook para garantir as aulas no Google Meet e fazer slides com melhor qualidade (DOCENTE B).

O discurso inovador da prática educativa durante o período da pandemia do coronavírus revelou níveis de precarização acentuado do trabalho docente, desde as perspectivas relacionadas a qualificação do professor, decorrente da utilização da pedagogia tecnicista, com enfoque restrito ao domínio instrumental das técnicas para produção de material didático visando atender aos discentes.

A complementar a esse quadro, Sousa et al (2021) ressaltam o quanto a uberização da docência expressou sua face mais perversa, em que o professor transformou seu espaço privado domiciliar em posto de trabalho permanente, destinado ao desenvolvimento de atividades laborais, e também, todos os insumos e custos, abrangendo a infraestrutura física domiciliar, telefone celular, computador, energia elétrica, impressora, Internet, mobiliário, dentre outros, passaram a ser retirados do salário do trabalhador da educação.

## CONCLUSÃO

Com o desencadear da pandemia do coronavírus, houve ebulição de reflexões no campo educacional, especialmente em relação às práticas educativas que se materializam na escola pública, único espaço para a oferta do ensino aos filhos pertencentes às classes menos favorecidas da sociedade. A alternativa de atendimento educacional por meio do ensino remoto, revelou a face do desmonte que o Estado, comitê dos negócios da classe burguesa, vem realizando no Brasil.

A sociedade em geral, sem acesso aos serviços básicos de saúde, saneamento básico, trabalho, renda, que possibilite viver com dignidade, também é afetada por uma oferta precária da educação pública, representada por escolas sem a necessária infraestrutura que assegure o atendimento dos discentes com o mínimo de qualidade, fundamental à promoção do acesso ao conhecimento científico produzido historicamente.

As práticas educativas mediadas pelo uso da tecnologia, salvaguardadas por um falso discurso inovador, apenas instrumentalizam provisoriamente os docentes para a utilização de aplicativos, softwares, destinados à produção de materiais didáticos sob efeitos de elementos pictóricos, conjugados de cores e frases, para impressionar os discentes.

Em meio ao contexto pandêmico, a pedagogia tecnicista assumiu um espaço significativo nas estratégias e ações de formação continuada de docentes, seja por meio de cursos *online*, e outras modalidades à distância, visando instrumentalizar os professores para a produção de materiais e recursos didáticos, além de planos de aulas e de ensino, como se esses elementos assegurassem a aprendizagem de qualidade entre os educandos.

Complementarmente, a infraestrutura escolar em condições precárias, em sua maioria, destituída de aparato tecnológico e informacional capaz de subsidiar a prática do ensino remoto, manteve-se restrita do acesso à Internet, computadores em número suficiente para que os docentes exercessem suas atividades laborais com as mínimas condições possíveis.

A prática do ensino remoto viabilizou a consolidação das grandes corporações vinculadas à indústria da tecnologia digital nas redes públicas de ensino, especialmente por meio dos produtos Google, tidos como elementos facilitadores para a inovação das estratégias didático metodológicas voltadas à mediação do processo ensino-aprendizagem. Por meio da utilização da pedagogia tecnicista, os docentes são instrumentalizados para produzirem materiais didáticos com efeitos pictóricos, destinados a atrair a atenção dos alunos.

Esse momento também revelou a fragilidade das políticas de formação continuada dos docentes, e especialmente o caráter paliativo de como esse processo é tratado pelas redes de ensino, materializados por cursos de curta duração, destituídos da fundamentação teórica e epistemológica necessária à qualificação dos profissionais da educação. Nesse contexto, a pedagogia tecnicista reassume o espaço privilegiado para a qualificação dos professores, fundamentada por um discurso falseado de inovação na prática educativa.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Teresa. Novas perspectivas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Revista Retratos da escola**. Brasília, v.14, n.30, 2020.

ANDES. **Associação Nacional dos Docentes da Educação Superior**. Porto Alegre, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. Rio de Janeiro: Boitempo, 2019.

ARAÚJO, Marcus de Souza. Ensino-aprendizagem com tecnologias digitais na formação inicial de professores de inglês. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(57.3): 1590-1614, set./dez. 2018.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1978.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Lei 14.040/2020**. Brasília, 2020.

COSTA, João Luis de Souza. **Tecnologias educacionais na mediação do ensino**. Disponível em <https://contee.org.br>. Acesso em 22/07/2021.

DELGADO, Omar Carrasco. **Inserção e mediações das novas tecnologias na educação básica**. Vitória: Grafer, 2006.

DELLAGNELO, Lúcia. **Ensino remoto**. O que aprendemos e o que pode mudar nas práticas e políticas públicas. São Paulo; CIEB, 2020.

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2018.

FRIDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: LTC, 2019.

HARVEY, David. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem amos, 2020.

MANFREDI, Silvia. **Metodologias de ensino**. São Paulo: SENAC, 2010.

MARX, Karl. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro. Boitempo, 1978.

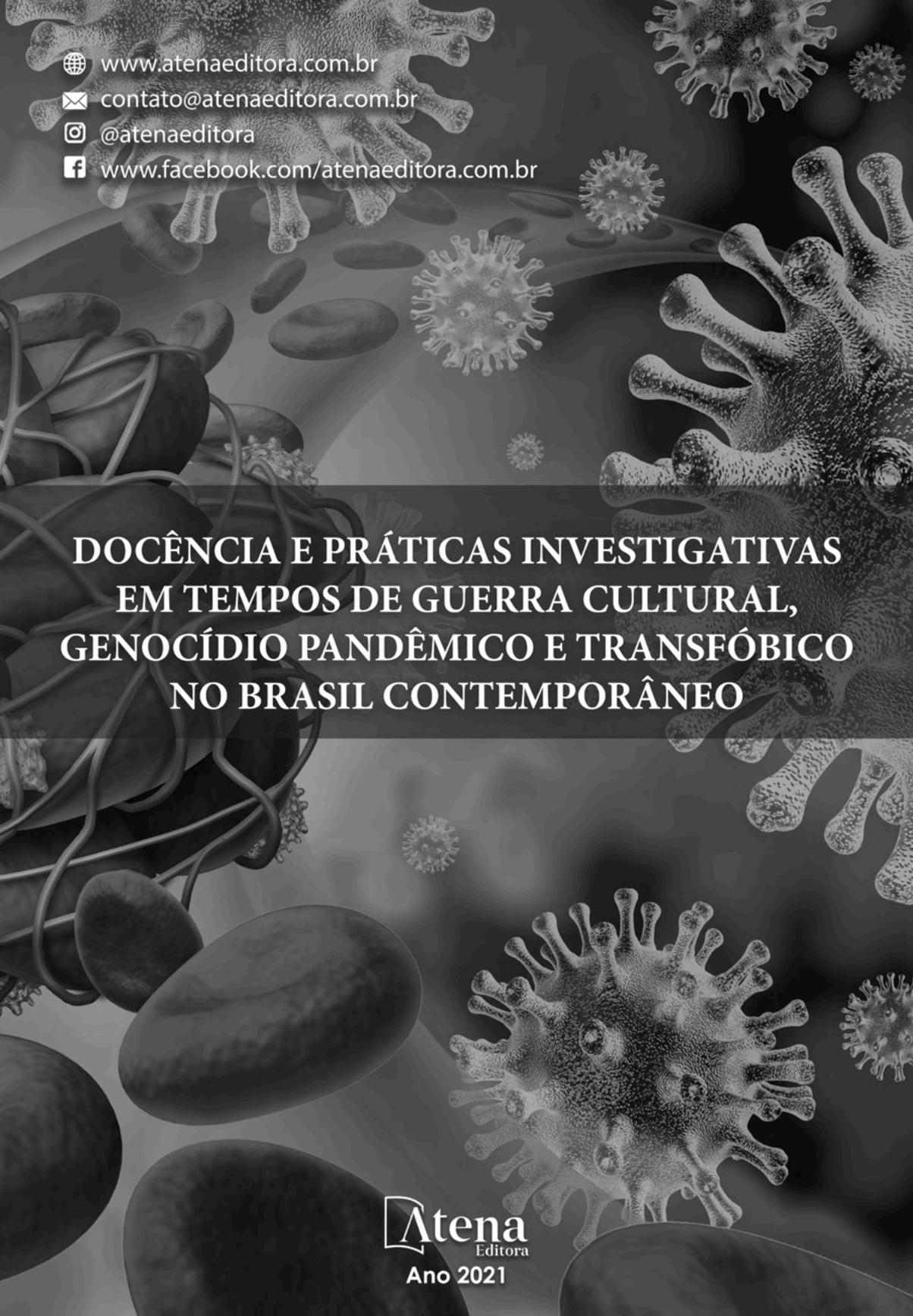
PARÁ. Secretaria de Estado de Educação do Pará. Portal/SEDUC-PA, 2021.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São Paulo: autores associados, 2015.

SILVA, Andrea Vilella Mafra da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. Campinas. **Revista HISTEDBR On line**. n.70, 2016.

SOUSA, Raimundo. **Ensino remoto na pandemia do coronavírus: relatos, experiências e desafios na educação superior**. Curitiba: CRV, 2021.

VIEIRA, Maria de Freitas; SILVA, Carlos Manuel Seco da. **A educação no contexto da pandemia de COVID19: Uma revisão sistemática de literatura**. São Paulo: Revista Brasileira de Informática da Educação – RBIE, 2020.



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL, GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

  
Ano 2021



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL, GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021